



Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Impresso
Especial

1000014810-DR/BSB
Sindjus-DF

CORREIOS

Ano XVIII - nº 67
Junho/Julho de 2010



Unidos pela Justiça

Vira latas nunca mais

Em 1958 o Brasil vence a sua primeira Copa do Mundo sob a onda positiva de afirmação nacional que JK imprimia na infraestrutura, na postura democrática, no conjunto das expressões culturais e no esporte. Brasília era a meta e ainda é a síntese da diversidade brasileira. O cronista Nelson Rodrigues escreveu, na partida da seleção para a Suécia, a célebre *Complexo de Vira Latas*, onde conclamava o brasileiro a sair do seu derrotismo sem ousadia ante a falsa supremacia dos "desenvolvidos". Nelson era um torcedor mitológico do Fluminense e um reinventor dos comentários absurdamente geniais sobre um jogo que acontecia na cabeça dele. Mas, nessa crônica, ele se superava além do esporte para dizer que, mesmo sob o risco de um ufanismo barato, havia na cultura uma forma de se mostrar o Brasil além da caricatura opressiva da inferioridade. Hoje, em nova Copa, nem vira latas, nem pitbul, nem poodle de madame. Se há um complexo que nos faz diferentes é o complexo da pluralidade que nos permite dizer: somos a soma de muitos e criamos muitos em um só projeto de nação.

TT CATALÃO



Leia no pôster central:

Pra fonte, Brasil!

120 mil trabalhadores

Defasagem salarial de 80%

95% com nível superior

Salário menor que em outros Poderes

Atribuições complexas

Perda de servidores para outros órgãos

Prestação jurisdicional aprimorada

Carreira desvalorizada

Justiça mais perto da população

Repressão da greve

Metas de produtividade cumpridas

Governo que não negocia

PCCR aprovado pelos presidentes

Onde está a JUSTIÇA?

Antagonismo sindical e greve no serviço público



ARTHUR MONTEIRO

José Geraldo de Sousa Junior

Reitor da Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Direito e coordenador do projeto *O Direito Achado na Rua*

“O desafio para os servidores é construir políticas de antagonismo que refinem suas formas de luta, inclusive por meio de greves, sem perder os seus vínculos de solidariedade com a sociedade”

O pró-labore de José Geraldo para este artigo é doado mensalmente à campanha de voluntariado *Eu Doo Talento* (veja em www.sindjusdf.org.br)

O mês de maio ainda não havia se encerrado e o ano de 2010 já assistia a mais de uma dezena de greves no Brasil. No Ministério do Meio Ambiente, da Educação, na Universidade de São Paulo e, com grande impacto, na UnB, movimentos grevistas ganharam forte presença na mídia. No âmbito do Judiciário e do Ministério Público, também seus servidores têm na greve uma estratégia limite para garantir negociações que definam os seus planos de carreira, conquanto os PLs 6613 e 6697, que servem de instrumento para ultimá-los, esbarrem nos impasses entre Executivo e Legislativo para aprovação.

A greve, palavra que herdamos do francês *grève*, por alusão à praça onde operários se reuniam em Paris para suas manifestações, é fenômeno que se desenvolve a reboque do capitalismo liberal onde quer que este se tenha implantado. Isto ocorre porque a tensão gerada pela assimetria de poder na relação patrão-trabalhador precisa ter uma válvula de escape que seja, por um lado, pacífica, como exige a civilidade do liberalismo, e por outro lado capaz de interferir diretamente na produção, a fim de satisfazer as expectativas de restituição de valores econômicos e morais reivindicados pelos trabalhadores.

No Brasil, uma das primeiras experiências de paralisação do trabalho com a configuração de greve se deu em 1917. Naquele ano, uma greve geral, que começou em São Paulo e atingiu Santos, Rio de Janeiro e Curitiba, totalizou mais de 70 mil operários paralisados. Exigia aumento salarial, redução da jornada e regulamentação do trabalho de mulheres e crianças.

Pode-se dizer, com segurança, que esta paralisação geral foi um acontecimento extraordinário num país que poucos anos antes sustentava um regime escravocrata. Mais do que isso, foi um sintoma da corporificação da identidade de *povo* pela população brasileira, ou seja, do momento em que deixavam os indivíduos de se perceber apenas como coletividade humana para se realizarem como sujeitos que conformam uma sociedade política e realizam direitos.

Desde então o direito trabalhista no Brasil se desenvolveu com velocidade espantosa e provocou significativa mudança na percepção formal sobre a greve. Da abordagem criminalizadora da primeira lei penal republicana (o Decreto nº 847, de 11/10/1890, dizia que “causar ou provocar cessação ou suspensão de

trabalho, para impor aos patrões aumento ou diminuição de serviço ou salários”, resultaria “pena de prisão celular de um a três meses”) e de uma ideologia de repressão, configurando a questão social como caso de polícia, pudemos constatar, menos de um século depois, ser a greve proclamada como direito e garantia fundamental. Os dados aqui colhidos (graças à pesquisa conduzida pela estagiária Layla Jorge, cujo trabalho agradeço), demonstram como os movimentos trabalhistas passaram a ser percebidos cada vez menos como ameaças e cada vez mais como protagonistas de realização do interesse comum.

Essa transformação observada na trajetória da legislação sobre o trabalho foi provocada pelo processo de autonomização da categoria trabalhista, por meio de sua capacidade de organização, determinada sobretudo pela ação sindical e sua disposição para constituir políticas de antagonismo, notadamente nos anos que se seguiram e que levaram o movimento sindical a confrontar a lei do patrão, expressa sob a forma de punições dentro das fábricas. A ação protagonista dos trabalhadores virá a inscrever na Constituição de 1988 o direito de greve, resultante de sua própria decisão de exercitá-lo e de estabelecer os interesses que devam por meio dele defender.

A Constituição de 1988 assegurou também aos servidores públicos civis os direitos de livre associação sindical e de greve. Contudo, nos anos de hegemonia do processo de acumulação capitalista neoliberal, assistiu-se a um claro esvaziamento das greves no setor público, seja por endurecimento nas relações com grevistas do setor, seja por cooptação de instâncias de julgamento para a avaliação de ocorrências de abusividade. Por fim, contribuiu para acentuar a rigidez na adoção dessa estratégia de antagonismo sindical a decisão do Supremo Tribunal Federal, de atribuir, à falta de regulamentação legal, equivalência do procedimento grevista de servidores públicos com as definições estabelecidas na lei de greve que regulamenta esta ação para os trabalhadores urbanos e rurais.

O desafio atual para os servidores públicos e sua ação sindical é o de construir políticas de antagonismo político que refinem suas formas de luta, inclusive por meio de greves, mas sem perder os seus vínculos de solidariedade com a própria sociedade a que servem e da qual recebem a legitimidade organizacional.



RUBENS REBOUÇAS

“Após quinze anos morando em Brasília, me afastei e fui pra longe. Agora, cada vez que venho aqui, venho com um olhar estrangeiro. Vejo Brasília de um outro modo, o modo de antes, de quando cheguei. Vejo novamente os espaços, os céus, os traços.”

Membro-fundador do coletivo de fotógrafos Ladrões de Alma, Rubens Rebouças divide sua rotina entre Uberlândia e Brasília, onde tem uma clientela cativa em seus trabalhos de retratos, casamentos e arquitetura (veja em www.rubensreboucas.com).



www.sindjusdf.org.br

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do MPU no DF
SDS, Ed. Venâncio V, s. 108 a 114, Brasília-DF, 70393-900 • (61) 3212-2613

Coordenadores-Gerais
Ana Paula Barbosa Cusinato
Berilo José Leão Neto

Coordenadores de Administração e Finanças

Cledo de Oliveira Vieira
Jailton Manguêira Assis
Raimundo Nonato da Silva

Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas
José Oliveira Silva

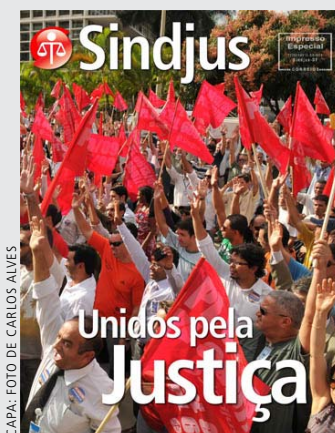
Marília Guedes de Albuquerque
Newton José Cunha Brum

Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

José Joventino Pereira de Sousa
Antônio José Oliveira Silva
Eliane do Socorro Alves da Silva

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Sheila Tinoco Oliveira Fonseca
Maria Angélica Portela
Valdir Nunes Ferreira



CAPA: FOTO DE CARLOS ALVES

Edição:

Usha Velasco (DRT-DF 954/99)

Reportagem:

Fabiola Góis
Christiane Abad
Thais Assunção
Valéria de Velasco

Colaboradores:

André Luis Macedo
José Geraldo de Sousa Junior
TT Catalão
Yuri Matsumoto Macedo

Revisão: Ana Paula Barbosa Cusinato

Projeto gráfico e arte: Usha Velasco

Tiragem: 15.000 exemplares

Contato comercial: Julliane Dourado

Fones: (61) 8485-9959 - (61) 3037-9761
SCS Q. 2, Ed. Goiás, s. 314 - Cep.: 70.302-000

PCCR

passo a passo

Os PLs que estão no Congresso nasceram de um processo amplo e participativo; acompanhe a Linha do Tempo

A greve da categoria foi iniciada no dia 25 de maio para reivindicar, simplesmente, o início de negociações efetivas entre Judiciário, Ministério Público, Executivo e Legislativo para a aprovação dos novos planos de carreira do Judiciário e MPU. Os servidores estavam cansados de esperar: o processo de construção dos PCCR começou há quase dois anos, e durante mais da metade desse tempo ficou parado nas mãos dos dirigentes da Justiça. Falta a famosa “vontade política” para corrigir perdas e equiparar salários.

Os PLs 6613 e 6697 (planos de carreira do Judiciário e do MPU, respectivamente) foram desenhados ao longo de um processo amplo e participativo em todos os órgãos da Justiça no DF. A categoria deu a largada no projeto, em agosto de 2008, com uma série de seminários e debates que resultaram em onze pontos de consenso (veja na página ao lado). O plano não abria mão de pontos como a conceituação de carreira, cargo e classe, a definição das atribuições dos cargos em lei para evitar desvios de função e terceirizações, a paridade

entre ativos e aposentados, a carreira única, a definição de critérios objetivos e democráticos para as FCs, entre outros.

Com o reforço do consultor em gestão de cargos e carreiras Angelino Rabelo, a força-tarefa prosseguiu primavera adentro com novas séries de debates, seminários e oficinas. As propostas chegavam por meio de discussões, e-mails e grupos de trabalho. A campanha *Quer um plano de carreira? Pergunte-me como!* mostrou, em outubro, que as lutas anteriores só foram vencidas com muita mobilização. Seguiu-se uma série de reuniões com as direções dos tribunais e do Ministério Público, e de encontros nacionais das categorias.

Em fevereiro de 2009, começaram os debates com os delegados sindicais. O passo seguinte, a distribuição aos diretores e secretários-gerais dos órgãos da Justiça, antecederia a remessa do projeto ao Congresso. Em outubro, o então presidente do STF, Gilmar Mendes, reconheceu que o tribunal perdeu 22% do seu quadro de pessoal, atraído por melhores salários, e defendeu o PCCR. Mesmo assim o projeto

não saiu do lugar, o que levou os servidores a uma greve de 22 dias. Em 11 de dezembro, finalmente, o PCCR do Judiciário chegou à Câmara dos Deputados, onde ganhou o nome de Projeto de Lei nº 6.613/09. Onze dias depois, foi a vez do projeto do MPU, o PL nº 6.697/09.

Porém, a luta apenas mudou de cenário. A arena para os diretores do Sindjus negociarem e para os servidores exercerem pressão passou a ser o Congresso Nacional — mais especificamente o corredor das comissões na Câmara, onde os dois PLs passaram quase todo o primeiro semestre parados, vítimas das manobras protelatórias dos deputados governistas.

O projeto do MPU foi aprovado na CTASP (Comissão de Trabalho, primeiro ponto de parada do PL no Congresso) no dia 14 de maio, e o do Judiciário, em 16 de junho. Ambos agora estão na Comissão de Finanças, e ainda aguardam que o presidente do STF, Cezar Peluso, vá ao Palácio do Planalto negociar com o presidente Lula a implantação dos novos planos de carreira ainda em 2010.

Categoria mobilizada: greve foi o último recurso numa luta de longa data



JOSONHIR BRITTO

2008

1º de agosto

Começa o ciclo de seminários sobre o plano de carreira: delegados sindicais participam de oito horas de debates, palestras e oficinas.



VALCIR ARAÚJO

13 a 22 de agosto

Seminários sobre o novo PCCR no STJ, TRF/JF, STF, STM, TST, TRT, TRE, TJDF e TSE. Em cada órgão formou-se um grupo de trabalho.

22 e 23 de agosto

Encontro da Maturidade ouve os aposentados e encerra o ciclo de seminários sobre o PCCR.

27 de agosto

Reunião dos grupos de trabalho consolida propostas dos servidores para levar à Reunião ampliada da Fenajufe.

30 e 31 de agosto

Reunião ampliada da Fenajufe forma Grupo de Trabalho Nacional sobre carreira e define 11 pontos de consenso:

- Conceituação de carreira, cargo e classe na lei
- Definir as atribuições dos cargos em lei para evitar desvio de função e terceirização
- Garantir que não haja terceirização nos cargos da carreira
- Definição de critérios objetivos e democráticos para as FCs
- Paridade entre ativos e aposentados
- Desvinculação dos cursos aos cargos e FCs para concessão de AQs
- Melhor remuneração na carreira
- Aumentos de percentuais de AQ
- Carreira única
- Quadro único para mobilidade

11 de setembro

Sindjus contrata consultor em gestão de carreira, Angelino Rabelo, e envia um questionário sobre PCCR aos servidores.

17 a 25 de setembro

Seminários na PRR, PRDF e MPDFT debatem o plano de carreira do MPU.

10 de outubro

Oficina de Delineamento dos Cargos Efetivos, dirigida pelo consultor Angelino Rabelo, é direcionada aos analistas.



ARTHUR MONTEIRO

20 a 31 de outubro

Diretores do Sindjus percorrem todos os locais de trabalho com a campanha *Quer um plano de carreira? Pergunte-me como!*



20 de outubro

Publicada no Diário Oficial a criação da Comissão Interdisciplinar para elaborar o anteprojeto do PCCR, com representantes dos órgãos, entidades, Sindjus e Fenajufe.

24 de outubro

Oficina de Delineamento dos Cargos Efetivos, com o consultor Angelino Rabelo, ouve a opinião dos técnicos.

4 de novembro

Primeira reunião da Comissão Interdisciplinar.



VALCIR ARAÚJO

7 a 9 de novembro

III Encontro Nacional sobre o Plano de Carreira reúne 111 membros de 25 entidades.

15 de novembro

No III Encontro Nacional do MPU, em São Paulo, Policarpo fala sobre plano de carreira e jornada de trabalho.

21 de novembro

Sindjus publica primeira versão do PCCR do Judiciário para avaliação dos servidores.

24 de novembro

Em chat com o consultor Angelino Rabelo, servidores debatem *on line* a versão preliminar do PCCR.



28 de novembro

Sindjus publica primeira versão do PCCR do MPU para avaliação dos servidores.

3 de dezembro

Servidores põem a mão na massa: em 12 dias o PCCR do Judiciário recebe mais de 450 mensagens e sugestões.

12 de dezembro

Policarpo pede apoio do presidente do STF na interlocução junto ao Legislativo e Executivo. Gilmar Mendes reafirma compromisso em ajudar.

2009



2010



24 de fevereiro

Policarpo reúne-se com o relator dos PLs na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) e pede rapidez na tramitação.

26 de fevereiro

Sindjus reúne todas as entidades de servidores do Judiciário e MPU para traçar estratégias de luta pela aprovação dos PLs.

5 de março

Sindjus reúne todos os delegados sindicais do Judiciário e MPU para traçar estratégias de luta pelos PCCR.

10 de março a 12 de maio

Servidores se manifestam todas as quartas-feiras nas comissões da Câmara. Diretores do Sindjus fazem intenso trabalho político para apressar os PLs.

10 de março

Sindjus publica emails dos deputados da CTASP, para que servidores escrevam pedindo rapidez.

17 de março

Diretores do Sindjus fazem "blitz" na CTASP e entregam cartas aos deputados. Policarpo cobra do diretor geral do STF as negociações para aprovar os PCCR.



FOTOS: VALCIR ARAÚJO

31 de março

PL 6697 entra na pauta da CTASP, mas não é votado.

7 a 12 de abril

Parlamentares deixam claro que, sem um sinal verde do governo, PL 6613 não será votado. Manobras protelatórias continuam. Governistas pedem audiência pública sobre o PCCR.

13 de abril

Diretores do Sindjus negociam com deputados até as 22h e obtêm a promessa de que o PL 6613 será votado na semana seguinte à audiência pública.

14 de abril

CTASP aprova o PL 6697, que leva 13 dias para seguir para a Comissão de Finanças.



VALCIR ARAÚJO

27 de abril

Servidores e diretores do Sindjus vão ao aeroporto receber os deputados e protestar contra a demora. Audiência pública na Câmara confirma o que todos já sabiam: aprovação do PL 6613 é urgente.

29 de abril

Assembleia geral aprova indicativo de greve para 12 de maio.

5 de maio

CTASP ignora a promessa do dia 13/4 e não vota o PL 6613.

4 a 11 de maio

Sindjus faz assembleias setoriais nos órgãos do Judiciário e do MPU.

5 a 12 de maio

Pressão força o começo das negociações. Presidente do TSE vai ao Congresso e ao Ministério do Planejamento para falar sobre o PCCR. Presidente do STF conversa com líderes partidários e deputados da CTASP.

12 de maio

Assembleia adia a paralisação e marca nova data-limite: 25/5.

19 de maio

Servidores fazem passeata e atos na PGR e STF.

25 de maio

Assembleia geral aprova greve por tempo indeterminado, até que negociações garantam aprovação dos PCCR.



CARLOS ALVES

O diário da luta

Na corrida contra o tempo do ano eleitoral, categoria dá tudo de si para aprovar o plano de carreira. Palavra de ordem é a vitória final

Valéria de Velasco

Levando bandeiras vermelhas onde se liam os números dos projetos de lei dos Planos de Cargos, Carreira e Remuneração do Judiciário e do Ministério Público da União, milhares de trabalhadores da Justiça fizeram o grito de guerra "PCCR já!" ecoar três vezes seguidas na Praça dos Tribunais, na abertura da assembleia convocada para as 14h do dia 25 de maio. Era a senha para a aprovação, por unanimidade, da paralisação dos tribunais e órgãos do MPU, por tempo indeterminado, "até a vitória final".

Ao som de cornetas, apitos e palavras de ordem, a decisão da categoria selou o compromisso de pressionar o andamento das negociações com o Executivo e o Legislativo pela aprovação dos PLs 6.613 e 6.697. Em ano eleitoral, o tempo corre movido a um jogo extra de interesses com prazo curto para cruzar a linha de chegada. Qualquer cochilo pode ser fatal. "Não dá para aceitar essa negociação em ritmo de tartaruga", justificou o coordenador do Sindjus, Roberto Policarpo, antes da votação, ao relatar a última conversa, na manhã do mesmo dia, com o ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, que preside o Tribunal Superior Eleitoral.

"O ministro disse que iria respeitar a decisão da assembleia, que não sai do processo de negociação e que será estabelecido um diálogo durante todo o período da greve", contou Policarpo. A multidão atenta que se espremia na praça sob o sol forte do meio da tarde aplaudiu. "E vamos cobrar que a nossa greve tenha esse viés de acelerar a negociação e finalizá-la o quanto antes", prosseguiu ele. "Deixando claro", ressaltou, "que o nosso objetivo, nesse momento, não é a sanção imediata do projeto. É a negociação a respeito do orçamento". Como sempre, o pivô da queda-de-braço



FOTOS: CARLOS ALVES

Assembleia geral no dia 25 de maio: "Ritmo de tartaruga" nas negociações do PCCR acabou levando à greve





entre os três poderes nas rodadas de negociações é o mesmo: dinheiro para cobrir as defasagens salariais.

O encontro que encheu a Praça dos Tribunais de som e cores acontecia 93 anos após a primeira grande greve do país, que parou São Paulo em julho de 1917 por melhores salários e se estendeu por outros estados. Naquele ano — que marcou também a história do samba, com a gravação do antológico *Pelo Telefone* —, enquanto os trabalhadores paulistas enfrenta-

vam a repressão das tropas convocadas para defender as indústrias, no outro lado do mundo os revolucionários russos derrubavam o regime czarista de Nicolau II, implantavam uma república parlamentar e criavam as primeiras assembleias que dariam voz pela primeira vez a operários, camponeses e soldados.

Nove décadas depois, o que pontua a luta dos servidores da Justiça é a palavra mais repetida no movimento que mobiliza a categoria desde 1º

de agosto de 2008, quando os delegados sindicais abriram o ciclo de seminários sobre o plano de carreira: negociação. A *Revista do Sindjus* acompanhou os principais momentos das semanas que culminaram com a assembleia de 25 de maio, encerrada com a convocação de Policarpo ao megafone: “Nós precisamos construir a maior greve da história do Judiciário e do Ministério Público de Brasília. Categoria unida pela greve, já! Vamos à vitória! PCCR, já!”



Na Câmara, a pressão dos servidores

"São Paulo é uma cidade morta: sua população está alarmada, os rostos denotam apreensão e pânico, porque tudo está fechado, sem o menor movimento. Pelas ruas, afora alguns transeuntes apressados, só circulam veículos militares, requisitados pela Cia. Antártica e demais indústrias, com tropas armadas de fuzis e metralhadoras. Há ordem de atirar em quem fique parado na rua."

O relato de Everardo Dias em *História das Lutas Sociais no Brasil* sobre a greve de 1917, que entrou para a história como um marco na transformação das relações trabalhistas no país, em nada lembra o clima de liberdade de expressão e criatividade na intensa mobilização dos servidores pela aprovação do PCCR.

Na manhã de quarta-feira, 12 de maio, no amplo corredor da Câmara dos Deputados que leva aos auditórios das comissões de Finanças e do Trabalho, servidores do MPU e do Judiciário do DF e Goiás apinhavam-se junto às portas para tentar acompanhar as votações dos PLs 549 e 6.697. A babel crescia com o intenso trânsito de pessoas em torno das discussões que aconteciam na mesma ala, nas comissões de Educação e Cultura e de Relações Exteriores. No início do corredor, a Comissão de Constituição e Justiça atraía outro grande número de grupos, interessados no debate do Estatuto das Famílias.

À medida que se aproximavam as 11h, ficava mais difícil circular pelo corredor. De repente, surgem a passos rá-

pidos duas criaturas cobertas dos pés à cabeça com um *niqab* preto (a veste muçulmana que deixa apenas os olhos à mostra). Todos vão se afastando para dar passagem, com ar de espanto e curiosidade. Qual luta levaria mulheres tão reservadas ao Congresso? O mistério se desfazia à medida que a dupla nada tímida e de olhar esperto passava: nas costas da vestimenta que abalava a rotina daquele corredor brilhavam adesivos "Lula, lá não!", um protesto inusitado do Grupo Estruturação de Brasília contra a aproximação do Brasil com o Irã, alvo de reações mundiais pela política de desrespeito aos direitos humanos.

Mal os dois jovens manifestantes com as vestes femininas desapareceram, um grito de vitória tomou conta



CTASP:
protestos
toda semana.
Berilo:
"Somos mais
de cem mil"



CARLOS ALVES

do corredor. Seguindo o voto do relator, Luiz Carlos Busato, os deputados da Comissão de Trabalho rejeitaram, por unanimidade, o PLP 549/09, que limita os gastos com o funcionalismo público até 2019. Os servidores que pressionavam pela não aprovação comemoravam, aliviados, mais essa vitória. A luta contra o congelamento dos salários, no entanto, não acabou. De lá, o projeto vai para a Comissão de Finanças e Tributação, que na mesma manhã, no auditório ao lado, tirou da pauta a votação do PL 6.697, que trata do plano de carreira do MPU.

O adiamento frustrou os servidores que foram ao Congresso pedir pressa na aprovação dos PLs 6.613 e 6.697. A manifestação é na Câmara dos Deputados, mas o alvo é o Palácio do Planalto. Como ali não vale a lei da física que aponta a linha reta como o meio

mais rápido para unir dois pontos, o caminho para chegar ao companheiro Lula é tortuoso. "Temos de fazer pressão para que os deputados pressionem o governo a negociar e a aprovar a nossa reestruturação de carreira", explica o técnico judiciário Renê Gandra, no Superior Tribunal de Justiça desde 1985. "Ficar dez anos sem reajuste faz o nosso salário perder o poder aquisitivo rapidamente. A gente não recupera nunca mais", reclama. E a perda crescente, segundo ele, repercute na qualidade do trabalho.

"A nova cúpula do Judiciário reconhece que tem de valorizar o seu servidor para melhorar o atendimento à população e tem se empenhado junto ao governo para resolver. Agora a nossa luta é no Congresso", diz Gandra. As negociações se arrastam desde dezembro, quando os dois projetos chegaram à Câmara, e esbarraram na questão orçamentária, que envolve o Ministério do Planejamento. É por isso que o nó, segundo o servidor do STJ, está mesmo é no Executivo: "Só depende do presidente Lula. A sinalização dele é que desata o nó aqui no Congresso. Se não tiver o aval do presidente da República, aqui na Câmara fica emperrado. Estamos aqui por isso."

"O projeto está emperrado porque o governo diz que não tem dinheiro, mas a gente sabe que tem. Diz que o repasse é alto, e a gente sabe que não é", analisa o coordenador do Sindjus Berilo Leão. "Foi assim com o projeto de 2001, que foi aprovado em 2002 sem provisão orçamentária, e com o de 2005, que entrou em vigor já em 2006. Não tem diferença nenhuma", compara, antes de chamar a categoria à luta mais uma vez: "Nós somos mais de cem mil servidores, temos condições de aprovar esse projeto de 2009 e de exigir que comece a implementação a partir de 2010, não de 2011. PCCR já! vamos à vitória", convoca.

FALA, TRABALHADOR

Os três poderes são iguais; por que barrar o plano do Judiciário?

Merecemos a aprovação do PCCR logo, porque estamos lutando desde 2008. O plano da Câmara já passou, já está lá no Senado, o do TCU já passou, o dos juízes, da magistratura, rapidamente também foram aprovados. Se os três poderes são iguais, por que, então, com o do Judiciário tem tantas burocracias, tantas barreiras para enfrentar? Nós estamos defasados. Temos de garantir qualidade, para a própria sociedade ficar bem servida, e se a gente não lutar por aquilo a que tem direito, ninguém vai fazer. Temos de batalhar e estamos aqui para isso. Eu gostaria que toda a sociedade ficasse voltada para essa causa, que é uma causa justa, digna. Muitos jovens estão aí lutando, fazendo concursos difíceis para entrar e construir uma carreira. A nossa carreira é bonita e o plano é um direito nosso.

Dalila Figueiredo, analista do TRT-DF



JOSSONHIR BRITTO

Xadrez político

"Olha lá vai passando a procissão/Se arastando que nem cobra pelo chão/As pessoas que nela vão passando/Acreditam nas coisas lá do céu..." Na tarde de 19 de maio, a multidão de servidores com suas bandeiras vermelhas serpenteando entre as árvores no trajeto entre a Procuradoria-Geral da República e o STF fazia lembrar a música de Gilberto Gil. Em busca de apoio do procurador-geral, Roberto Gurgel, nas negociações e de avanços em mais uma rodada de conversa do Sindjus com os ministros do Supremo, as pessoas que seguiam atrás do carro de som repetindo o grito de guerra "PCCR já!" acreditam na força da pressão.

"Sem mobilização não há revisão", confirmava uma das faixas dos manifestantes. "Servidores na rua até a vitória da revisão salarial!", repetia o coordenador geral do Sindjus Berilo Leão, do alto do carro. "Está bonito, o ato está bonito, mas vamos mostrar mais", empolgava-se, já quase rouco. "Queremos tratamento igual ao das outras categorias!", bradava, numa referência aos reajustes no Executivo e Legislativo, enquanto se aproximavam da Suprema Corte.

Lá dentro, o que estava em jogo, no documento entregue pelo Sindjus ao presidente em exercício do STF, Ayres Brito, e ao ministro Ricardo Lewandowski, era uma defasagem salarial de 80% e a pressa para liberar no Congresso o projeto que reestrutura as carreiras e assegura recomposição de

56,42% ao salário base das categorias, acrescida da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e Gratificação de Atividade do MPU (GAMPU) de 50%. Lá fora, um foguetório ensurdecedor selava o recado de que o prazo estava se esgotando.

"Essa é a nos-

sa visibilidade, faz parte da negociação, da estratégia", explicou o analista judiciário do TSE Luís Valério Rodrigues Dias, ao apontar o show de foguetes. Chega-se à vitória, segundo ele, como no futebol. "É uma matemática política. Temos três entes importantes que definem a nossa vida do ponto de vista salarial: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, que é forte, mas sozinho não vira o jogo. Queremos que os presidentes do TSE e do Supremo tenham uma ação concreta, a responsabilidade, junto com a gente, de mudar a posição do Executivo. Hoje perdemos de 2 a 1. A greve empata, 2 a 2. Mais do que isso. O que é o 3 a 2? É exatamente o movimento de rua. Ganharemos de 3 a 2. Só depende da gente."

No xadrez político que move o PCCR, os resultados da intensa pressão confirmam a tese do analista judiciário. Logo após a manifestação em frente à PGR, o procurador geral Roberto Gurgel reuniu-se com o deputado Aelton Freitas, relator do PL 6.697, para pedir o empenho da Casa. Freitas foi designado para relatar o projeto depois que Policarpo e a coordenadora do Sindjus Ana Paula Cusinato procuraram o presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Pepe Vargas, para agilizar a tramitação.

Ana Paula e Policarpo explicaram a importância do projeto para a categoria e tentaram mover mais uma peça do jogo pedindo a Vargas que abrisse um canal de negociação com o Planejamento. No mesmo dia, o ministro Lewandowski havia se reunido com o líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza, pedindo apoio na tramitação do PCCR. No dia seguinte, ele reforçou o apelo em visita ao presidente da Câmara, Michel Temer. A defesa do PCCR ganhou mais reforço na semana seguinte, com a visita do presidente do STF, Cezar Peluso, a Temer.

Peluso também intercedeu, em reunião no Supremo com o presidente da Comissão do Trabalho, Alex Canziani, e um grupo de parlamentares da CTASP. Mas o PCCR continua esbarrando em manobras protelatórias do Executivo, que convocou até audiência pública para discutir o projeto que já havia sido debatido exaustivamente em todo o país. O apelo para fechar a negociação com o Executivo foi repetido aos ministros do Supremo, na reunião do dia 19. Junto, o aviso: se a negociação não saísse até a terça-feira seguinte, dia 25 de maio, a palavra de ordem seria a greve.

Passeata no trajeto entre a PGR e o STF: servidores mobilizados



FOTOS: JOSONHIR BRITTO

Luís Valério:
"Só depende da gente"





FALA, TRABALHADOR

“Precisamos do PCCR para qualificar o nosso trabalho”

Às vezes, para a sociedade, pode ficar que queremos é aumento. Mas o que queremos é o plano de cargos. É uma conquista de quem está trabalhando, quer viver com salários dignos e se aposentar com dignidade, sem depender de gratificações que podem acabar a qualquer momento. Os planos de várias categorias já passaram, o da Câmara passou, o dos magistrados passou rapidinho, e o nosso precisa passar também. É claro que não desejamos a greve, mas queremos ter a certeza de que vamos ser atendidos. Não podemos ficar preocupados em perder a gratificação com a qual pagamos o nosso aluguel, nossa faculdade, temos nossos compromissos. Precisamos do plano de carreira para qualificar o nosso trabalho, porque, se o servidor ganha um salário bom, isso vai interferir no atendimento à população.

Ercília Rolim Guimarães,
técnica do TRT-DF



Cansada de esperar, categoria decide pela greve

"Levanta o megafone aí!

Levanta o megafone!"

"Pessoal, está dando para ouvir?"

"Fala mais alto, companheiro!"

Num pequeno palanque improvisado no meio da Praça dos Tribunais, os coordenadores gerais do Sindjus Berilo Leão, Policarpo e Ana Paula Cusinato relataram o resultado da reunião dia 25. "Os ministros se comprometeram em

acelerar a negociação com o Planejamento e disseram que já pediram audiência com o presidente da República para implementar o projeto", contou Policarpo. "Nós falamos que, se depender do governo, eles vão enrolar, vão dizer que só a partir do próximo ano, não vão acelerar a negociação que é necessária agora, que é a orçamentária, como foi em 2002 e 2006."

"E colocamos que o Judiciário é um

poder autônomo, independente, e não pode aceitar a barganha que o governo quer fazer com os nossos salários. Eles fecharam nessa posição", prosseguiu. O documento entregue a Lewandowski e Aires Brito detalha os passos da mobilização e as propostas da categoria. Mas o prazo de seis dias para fechar a negociação acabou sem qualquer avanço. Cansados de esperar, os servidores partiram para a greve.



A exaustiva jornada pela construção do PCCR explica o cansaço. Em agosto de 2008 os servidores começaram a delinear o novo plano de carreira, numa série de seminários e debates, com ampla participação da categoria e intenso trabalho político dos diretores do Sindjus junto às direções dos tribunais e do MPU. Esse processo se estendeu por todo o ano de 2009 e culminou na greve de 22 dias que garantiu o envio dos PCCR do Judiciário e do Ministério Público ao

Congresso, respectivamente nos dias 11 e 22 de dezembro (acompanhe passo a passo nas p. 7 a 9).

O técnico judiciário do TSE Orlando Noletto acredita que os dois projetos vão “mudar a vida” dos servidores. “A luta pelo plano de carreira, cargos e salários existe porque nós, trabalhadores organizados, queremos sempre promover o melhor, a prestação de serviços mais qualificada, e a remuneração está atrelada a isso”, argumenta. “E o caminho que

temos para promover essa conquista tem sido, ao longo da história, a greve, que é a última instância de uma negociação.”

Para Noletto, dizer que o projeto representa impacto financeiro é uma grande mentira. “Até porque o ajuste de salário para servidor público ou para qualquer trabalhador não é um gasto, mas um investimento. Você investe num cidadão” – como defendiam os trabalhadores da indústria que pararam São Paulo em 1917.



Governo se nega a dialogar, aos gritos de “servidores na rua: Bernardo, a culpa é sua!”, milhares protestam em frente ao Ministério do Planejamento

CARLOS ALVES

REFORÇOS DE OUTROS ESTADOS

“A categoria achou importante estarmos aqui, com os servidores de Brasília, para avançar nessa luta e conquistar o PCCR.

Assim como nas outras mobilizações, nós só conseguimos a vitória com a luta de toda a categoria.

A gente sabe da importância desse ato aqui em Brasília e dessa conversa com os representantes do Supremo.

Em Pernambuco, fizemos alguns atos que antecederam essa negociação, como os que vêm desde o ano passado ocorrendo no Brasil inteiro.

Estamos tentando a adesão da Justiça Federal e do TRF. A paralisação é parcial e está crescendo. A proposta é parar totalmente, apesar das resoluções que limitam a participação do TRT, colocando como essenciais vários serviços dentro de uma unidade, das varas trabalhistas principalmente.”

Kátia Saraiva, técnica judiciária do TRT 6, Pernambuco



“Vim da Paraíba acompanhar a negociação porque os estados se espelham por Brasília, que está mais perto do governo federal.

A greve aqui vai fortalecer a negociação. Tudo emperra no governo, como o reajuste dos aposentados. E não há razão.

Não tem dinheiro para dar aos bancos? Então tem de ter também para os servidores. E o que pedimos nem é reajuste, é a correção para enfrentar as perdas com a inflação.

Merecemos ser valorizados, somos servidores qualificados, de ponta, nos esforçamos buscando graduações. E reconhecimento é salário adequado.

O Judiciário está perdendo seus funcionários mais qualificados, atraídos por salários de outros órgãos. De cada dez, saem três.”

Maria de Fátima de Moura, oficial de justiça do TRT 13, Paraíba



FOTOS: JOSSONHIR BRITTO

Pra fonte, Brasil!

NÃO HÁ COMO ESCAPAR DE UMA COPA DO MUNDO. Quando tudo corre bem a obsessão só aumenta e a Copa atinge níveis extraordinários de euforia onde o mundo vira um minúsculo aglomerado de “outros” e o Brasil é o próprio mundo. Quando tudo vai mal são horas de explicações, teses conspiratórias, busca de culpas, expiações de pecados, açoitamentos verbais, linchamentos morais e o Brasil se reduz a um lance desafortunado ou um penoso rosário de “SE...” (não o poema antológico de Rudyard Kipling, If...), mas aqueles: “se aquela bola não desviasse...” ; “se o juiz marcas-se...” ; “se fulano não fosse expulso...” .

O INGREDIENTE ESPECIAL DESSE MOMENTO cívico extremo (agora em alta definição) vem com as eleições, onde aí sim o jogo vale nossas vidas, pelo tanto que ainda temos de consolidar nessa construção democrática. O jogo no campo tem componentes de acaso, surpresa e fatores extras, onde um raio individual de repente vira tudo pelo talento inesperado. No jogo eleitoral, como na vida, também há surpresas e acidentes, mas o peso coletivo é mais presente para se chegar a um resultado favorável. Nos dois a força do exercício. A certeza de que o talento precisa rimar com a competência para vencer.

OS PRIMEIROS MOMENTOS, MAIS CONCRETOS, da Copa ocorreram no tom de Dunga na convocação muito mais pela lista em si. As clássicas “injustiças” dos “gênios” (mais midiáticos que reais) não convocados certamente alimentarão o rosário dos “SE...” : “se levasse fulano isso não aconteceria...” (caso de derrota) – “se fulano viesse teríamos perdido...” (caso da vitória)... Enfim, diferente mesmo, para o momento democrático de hoje, foi o tom de Dunga: acima do técnico e próximo do messiânico.

A IDEIA DE “SANGRAR EM CAMPO” criou certo mal estar para uns e altíssima dose de aprovação em muitos. Onze guerreiros ungidos pelas armas de uma guerra santa, prontos para submeter infieis que se atrevam a impedir a conquista, pode ser estratégia fundamental necessária para ganhar um jogo. Mesmo! Visto a frua capacidade de entrega das celebridades a um simbolismo nacional (o amor à camisa), mais ligadas em *marketing* pessoal e suas contas bancárias. Aí vale o brado heroico retumbante de Dunga para honrar a pátria. Agora, se o “sangrar” é carregar no empenho de tal forma que possa valer tudo (até sangrar o outro, quem sabe), é dis-cutível confundir o país com a chuteira.



ESTAMOS REPRESENTADOS EM UMA COPA PELO TIME.

Sem dúvida. Os hinos, as cores, as bandeiras, os emblemas, os nomes. Podemos ir além, como Nelson Rodrigues conclamou contra o complexo de vira-latas na Copa de 58 (vide página 2), ao afirmar o brasileiro como uma entidade no imaginário do mundo. Os africanos têm essa fome de afirmação pelo esporte como um caminho para a dignidade, o respeito a representação de si fora do perverso fatalismo da miséria. O cineasta Pasolini chegou a comparar o jeito e a ginga do jogar brasileiro como marca da identidade mestiça e requinte da beleza mágica de um povo iluminado. Bacana. Mas esse encanto do toque refinado, do drible desconcertante, do passe ungi-do pela geometria da bola, do conjunto quase sinfônico entre defesa e ataque, sabemos, foi encerrado há muito. O pragmatismo da vitória, a doentia marcação cerrada, a preparação física turbinada, a ocupação do campo mais preocupada em “não deixar jogar” que jogar, são os valores do rude futebol atual. Tudo isso tem um pouco a cara do Dunga. Daí o seu tom mais para sargento que para maestro. Sangrar para chegar lá. Como diria o Dadá Maravilha, “não existe gol feio, feio é perder gol”. Ou, na pior das comparações, “não tô nem aí para o espetáculo, quero é vencer”.

NÃO SOMOS HIPÓCRITAS. Estamos prontos para festejar alucinadamente qualquer jogo horrroso, bruto, entediante pela mesmice, esqualido de categoria, contanto que nos leve ao título. E como também somos contraditórios, em caso de derrota vamos sacrificar impiedosamente o jogo pobre dos onze Dungas e rebuscar um saudosismo piegas daquele tempo em que futebol era arte, devoção e pureza na entrega. Radicalmente diverso desse negócio monstruoso. A graça e a desgraça de ser um jogo.

CUIDAR PARA QUE NO JOGO REALMENTE CÍVICO, o das eleições, estejamos com fichas e mãos limpas para exercer a consciência suprema da liberdade pela escolha de políticos que honrem a política como a própria vida. Sangrar dá lugar ao suor no trabalho solidário para ser mais fraterno. Suar para soar em cada pessoa como irmãos de luta. Singrar pelos caminhos que nos fortaleçam como povo, nação e indivíduos, talentosos, únicos exatamente por abrigarmos tantas diferenças. “Pro front, Brasil” não. “Pra frente, Brasil” muito menos, por lembrar a ditadura. Pra fonte, Brasil! Beber dessa água maravilhosa que irradia a generosa nação plural em um mundo achatado pelo padrão global.



ARTHUR MONTEIRO

“ O ingrediente especial desse momento cívico extremado (agora em alta definição) vem com as eleições, onde aí sim o jogo vale nossas vidas, pelo tanto que ainda temos de consolidar nessa construção democrática ”

Dois pesos, duas medidas

Em meio à luta pela aprovação do PCCR, representantes do governo revoltam servidores do Judiciário e MPU ao afirmar publicamente que equiparação salarial com o Executivo e Legislativo não se aplica porque tarefas seriam “menos complexas”

A Justiça injustiçada: defasagem salarial em relação ao Legislativo e Executivo chega a 80%



O direito e a ciência política reconhecem que um dos pressupostos do Estado democrático é a existência de três poderes independentes e harmônicos: o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o Poder Executivo. Nenhum deles se sobrepõe ao outro, nenhum tem mais importância que o outro. E seus servidores são igualmente servidores públicos.

Mas não é esse o tratamento que tem sido dado pelo governo federal aos trabalhadores dos órgãos do Judiciário e do Ministério Público. No dia 29 de abril, durante audiência pública na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, onde estavam em discussão os Projetos de Lei nº 6613/09 e 6697/09 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União),

representantes do governo demonstraram o clima para a aprovação da matéria.

Não há interesse do governo em deixar que o PCCR passe do jeito que está. Isso ficou bem claro quando o coordenador de gestão de riscos operacionais do Ministério da Fazenda, Márcio Coelho, disse que os servidores do Judiciário e MPU não devem esperar equiparação salarial com outras carreiras do Executivo e Legislativo, porque não teriam tanta complexidade no serviço como eles.

Na verdade, essa tem sido a visão do governo. Coelho apresentou dados que supostamente favoreceriam os trabalhadores dos órgãos do Judiciário em relação a outros poderes e que teriam benefícios e privilégios que outras carreiras não têm. Outra representante do governo, a secretária adjunta de recursos humanos do Ministério do Planejamento, Maria do Socorro Mendes, demonstrou a preocupação do

governo com o impacto orçamentário e com a disputa pela equiparação com outras carreiras que não têm similaridade.

O Sindjus defende que servidores valorizados trabalham melhor, independentemente de qual poder estão servindo. O coordenador-geral do sindicato, Roberto Policarpo, defende ainda mais a valorização desses trabalhadores para garantir melhor prestação de serviço à sociedade. “Não é só juiz que assegura o funcionamento da Justiça; é cada um dos servidores”, expôs, durante a audiência pública.

Atualmente há doze carreiras de Estado recebendo mais do que os servidores do Poder Judiciário e do MPU. Esse fato, por si só, já justificaria a equiparação salarial. A rotatividade entre o quadro funcional também é alta; segundo dados do Supremo Tribunal Federal (STF), fica em torno de 25%. Exemplo disso foi o último concurso, realizado em meados de 2009. Para preencher



as 44 vagas para técnico, o STF já convocou 148 concursados. Ou seja, mais de cem servidores não aceitaram o chamado ou deixaram o cargo recém-assumido em razão de carreiras mais atrativas.

“Os servidores do Poder Judiciário, de uma forma geral, são muito qualificados e desempenham uma tarefa das mais importantes no serviço público, muita vezes sem as condições ideais para trabalhar”, afirma o secretário de Recursos Humanos do STF, Amarildo Vieira de Oliveira. “Apesar da criação do Adicional de Qualificação ter contribuído para valorizar os conhecimentos e incentivar a capacitação, o fato é que a remuneração de uma parcela considerável de servidores está muito defasada em relação àquelas pagas pelos poderes Executivo e Legislativo. É isso que provoca a alta rotatividade e justifica a luta pela melhoria da carreira”, argumenta o secretário.

A pressão da categoria pela aprovação do PCCR tem obrigado dirigentes do Judiciário, como o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ricardo Lewandowski, a pedir rapidez na tramitação da pro-

posta. Ele se reuniu no início de maio com o líder do governo, deputado Cândido Vaccarezza, e demonstrou sua preocupação com a aprovação da matéria.

Pouco depois Lewandowski e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, se encontraram com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, para falar sobre o PL 6613. O ministro também esteve com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e com o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams. Essas reuniões sinalizaram o início das negociações para acelerar o andamento do PCCR, impulsionadas pela ameaça da greve da categoria.

Nos encontros, Lewandowski explicou que o Supremo Tribunal Federal (STF) foi motivado a enviar o projeto à Câmara pela frequente perda de servidores para os outros Poderes: “Eles fazem concurso para o Judiciário e logo depois vão para os outros Poderes, ou mesmo para empresas estatais ou autarquias, por conta do salário. Para corrigir essa distorção é que mandamos o projeto de lei ao Congresso Nacional”, disse o ministro à imprensa.

Quem faz a máquina funcionar

Um diferencial na carreira do Judiciário e MPU é que 95% é composta por trabalhadores com nível superior. É o caso do analista judiciário Alexandre Dias Mesquita, oficial de Justiça do TJDF. A classificação dos cargos por níveis de escolaridade se dá em razão de atividades com diferentes níveis de complexidade, não por acaso ou por capricho dos servidores. “Quando um representante do governo vem a público alegar que as atribuições no Judiciário e MPU são menos complexas que as de servidores do Legislativo e Executivo, tenta fazer prevalecer uma inverdade com o único objetivo de impedir o reajuste. Com isso, desrespeita e menospreza não só o servidor, mas o próprio Judiciário e o Ministério Público”, afirmou Alexandre.

Para ele, as atividades da Justiça não são menos importantes ou menos com-

Amarildo Oliveira:
evasão no STF



Alexandre: vida em risco todo dia

plexas. O oficial de justiça é taxativo ao defender a carreira: "Não se pode querer diminuir a importância da atividade desenvolvida por um servidor que produz diariamente dezenas de minutas de sentenças e de outras decisões judiciais, assessora juízes, ministros ou procuradores. Muito menos se pode dizer que tem pouca relevância o trabalho diário de quem administrar a máquina do Judiciário e do MPU, essenciais para diminuir as desigualdades e o desrespeito ao cidadão. Ou tachar como pouco importantes as ações de servidores que concretizam a justiça para o jurisdicionado, como os oficiais de justiça que diariamente colocam sua vida em risco e seu patrimônio a serviço do Estado", dispara.

Alexandre Mesquita tem consciência de que, como oficial de justiça federal, sua atuação em milhares de execuções fiscais, por exemplo, contribui diretamente para ampliar a arrecadação do Estado, assim como qualquer analista da Receita. "Exponho diariamente minha vida para fazer cumprir as determinações do Judiciário. Sem isso, o jurisdicionado não veria

o seu direito concretizado. Pleitear a equiparação salarial é apenas uma questão de justiça", defende.

É comum dizer que o oficial de justiça é a *longa manus* do magistrado, ou seja, as mãos do juiz. É ele quem executa as determinações que o juiz registra no papel. Se esse servidor não cumpre bem a sua função, o processo não ganha efetividade. Tão importantes como os analistas, os técnicos judiciários põem a máquina para funcionar, servem nas audiências, elaboram pautas de publicação, certidões e relatórios, indexam documentos e atendem ao público. O mesmo acontece com os quadros dos vários órgãos do MPU.

Os assessores dos ministros dos tribunais superiores têm como missão atividades de planejamento, organização, coordenação, supervisão técnica, assessoramento, estudo, pesquisa, elaboração de laudos e pareceres. São atribuições complexas cujo cumprimento requer preparo na área jurídica. Eles são responsáveis por embasar as decisões dos ministros, acompanhá-los nas sessões, prestar informações a respeito da matéria que está sendo jul-

gada e, em alguns gabinetes, receber advogados e interessados nas ações.

Na avaliação do analista judiciário Francisco de Assis Lima, a remuneração da carreira só é atrativa para quem está começando carreira no serviço público. Costuma-se dizer que o Judiciário é um trampolim para se chegar a carreiras mais atrativas, como as correlatas dos Poderes Executivo e Legislativo, que pagam muito mais. "Daí a significativa evasão de servidores do Judiciário para os outros Poderes e até mesmo para a iniciativa privada. Isso demanda a realização de repetitivos concursos com a finalidade de suprir as vagas que vão sendo deixadas", afirmou.

Segundo ele, a evasão de servidores superou 20% do quadro somente no STF. Isso é sem dúvida alarmante, porque o servidor que sai está sempre mais bem preparado do que o servidor que chega, até pela experiência adquirida. "Isso é preocupante e exige que as autoridades façam uma intervenção eficiente. Caso contrário, a eficiência da prestação jurisdicional ficará comprometida", destacou Francisco de Assis.



FOTOS: CARLOS ALVES

Uma questão de justiça

A principal razão para a revisão salarial proposta no PCCR é a defasagem salarial em relação ao Executivo e Legislativo, que chega a 80%, em carreiras e funções semelhantes. Durante audiência pública sobre o PL 6613, na Câmara, representantes do governo chegaram a alegar que os trabalhadores do Judiciário e do Ministério Público não têm funções tão importantes e de tanta responsabilidade quanto os do Legislativo e aqueles que eles chamam de "grupo de gestão" do Executivo. Você concorda?



FOTOS: BRUNO PERES



O Judiciário é tão importante quanto os outros poderes.

Merecemos ter salários dignos, como todos os servidores públicos.

É urgente a equiparação salarial. Exercemos funções que exigem o mesmo grau de responsabilidade e importância. Nosso trabalho é estressante e merecíamos ser melhor remunerados.

Ana Gabriela Alves Barreto, técnica do TJDF

A função do Judiciário é executar leis. Nosso maior cliente é o povo, nosso interesse é igual, que é o bem público. Os salários estão defasados em relação ao Executivo e Legislativo. Enquanto um técnico judiciário ganha R\$ 4 mil, um técnico legislativo, por exemplo, ganha R\$ 15 mil.

Dalva Lima, técnica do TJDF

A nossa atividade é muito importante. Como seriam as eleições sem os servidores do Judiciário? A prestação jurisdicional é um serviço para a população. Estamos ganhando menos, e isso é injusto. Por isso, muitos colegas já saíram do tribunal e fizeram concurso para outros órgãos.

Jaber Lucas da Silva Melo, técnico do TJDF

Deveria haver uma equiparação salarial de acordo com a natureza e responsabilidade da função. O servidor do Judiciário tem a mesma importância que os do Legislativo e Executivo. A atividade do servidor público em geral precisa ser valorizada; o governo Collor desqualificou o servidor.

Simone Aguiar, analista do TJDF



De acordo com o princípio da tripartição dos poderes, todos têm igual importância. Mas vários colegas deixaram o tribunal porque existem cargos mais atrativos em outros órgãos. A carreira do Judiciário não é tão mais atrativa em relação às do Executivo e Legislativo.

Williams Douglas Rufino,
técnico do TJDF



É um absurdo dizer que não temos a mesma importância. O Judiciário resolve todos os conflitos do povo. A sociedade recorre a nós para resolver suas questões. Mas a defasagem salarial é grande. É preciso haver um plano de cargos e salários digno. Somos todos servidores públicos.

Flávia Matias Pereira,
auxiliar judiciária do TJDF



Nossa tarefa é de grande responsabilidade; lidamos diretamente com as demandas da Justiça. Mas não temos estímulo nos últimos anos. Vi vários colegas saírem nos dez anos em que estou aqui. O salário do Legislativo é quase o dobro do nosso; precisamos de equiparação salarial urgente.

Hélio de Andrade,
analista do MPDF



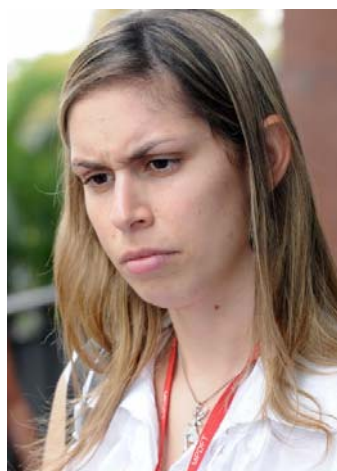
O Judiciário e o Ministério Público são funções essenciais. Somos nós que fiscalizamos a aplicação da lei e a administração pública. Os órgãos precisam estar bem aparelhados para julgar. Isso pressupõe que os três poderes estejam um ao lado do outro. Deve haver equiparação urgente.

Cristina Aparecida dos Santos,
analista do MPDF



Nossa carreira está desvalorizada, não é mais atraente como era. Servidores do Legislativo e do Executivo ganham mais do que nós, o que é uma injustiça. Enquanto não houver reajuste teremos uma defasagem de 40% em relação aos outros poderes. E nosso trabalho é tão importante quanto o deles.

Caleb Nunes Silva,
técnico do MPDF



Muitos colegas estão estudando para passar em outros cargos. O fator principal é o salário baixo. Se continuar assim, penso em estudar para outras carreiras também. Temos as mesmas responsabilidades que os servidores do Executivo e Legislativo. Por isso, precisamos ter equiparação salarial.

Andreza Chagas,
analista do MPDF



Nós ajudamos os juizes a decidir sobre a vida das pessoas. Se falharmos, eles também vão falhar. Temos muita responsabilidade. Mas nosso salário está muito defasado, precisamos de um plano de cargos e salários que atenda nossas expectativas. Tivemos perdas e precisamos ter revisão salarial.

Marlon Carneiro,
técnico do MPDF



O que queremos é equiparação. O governo quer o congelamento de salário. Em mais de 20 estados há servidores em greve. Todos estão insatisfeitos. Pedimos a valorização profissional e a simples reposição das perdas. Queremos reajuste salarial porque temos direito a ele.

Eldo Luiz Pereira de Abreu,
técnico do MPDF

Defensores da cidadania

Com um amplo leque de atividades, assistentes sociais têm atuação cada vez maior nos atendimentos multidisciplinares oferecidos pelo Judiciário e MPU

Christiane Abad

Quando se fala em assistente social, um preconceituoso senso comum remete a imagens de pessoas “boazinhas”, empenhadas em ações para ajudar a população carente. Mas esses profissionais estão muito além da visão superficial – ou antiquada – que o termo poderia sugerir aos desavisados. Eles elaboram, executam e avaliam políticas sociais para os órgãos onde trabalham. Orientam indivíduos e grupos sobre as formas de exercer seu direito ao bem-estar. Prestam assessoria a empresas, ONGs e movimentos sociais. Desenvolvem estudos socioeconômicos para criação e aplicação de benefícios sociais aos cidadãos, entre várias outras atribuições.

São profissionais propositivos, que, para exercer sua função, precisam de uma sólida formação ética e de uma visão de mundo que facilite o esclarecimento e a interação com o cidadão. Um trabalho que exige uma boa dose de dedicação e de disponibilidade interna – e que, na opinião dos profissionais, é quase sempre muito gratificante.

É o que afirma Diogo Abe Ribeiro, assistente social do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) há um ano e meio: “Esse trabalho não é só realização profissional para mim, mas também pessoal. O processo de transformação da realidade, que é um compromisso ético fundamental do serviço social, também nos transforma enquanto pessoas”, avalia o jovem de 28 anos. Ele não esconde a satisfação com as tarefas que a profissão exige: receber e analisar processos, visitar os envolvidos, fazer entrevistas, estudar os casos para emitir pareceres.

Lotado na Secretaria Executiva Psicossocial (SEPS), Diogo acredita que o serviço público tem sido alterado por novos procedimentos e ferramentas, e o Judiciário vem absorvendo essas mudanças e oferecendo maior qualidade nos serviços ao cidadão. Ele também afirma que os profissionais estão sendo mais valorizados: “O número de assistentes sociais no Ministério Público aumentou e hoje já é possível, em alguns casos, nós mesmos fazermos encaminhamentos, um papel que antes era apenas dos promotores.”

Ele conta que cotidianamente os assistentes se veem diante de situações que exigem repensar os valores pessoais, para não comprometer a natureza técnica da intervenção profissional. “Somos media-



dores para que as próprias pessoas envolvidas nos casos encontrem a solução”, afirma. A colega Cristina Aguiar Lara, 26 anos, concorda: “Nós nos deparamos com as mais diversas situações, que exigem uma atuação diferenciada. Nosso trabalho não se limita a preencher um questionário, como muita gente pode pensar.”

Luciana de Castro Álvares, 39 anos, já trabalhou como assistente social nas esferas municipal e estadual. Ela está na Secretaria Executiva Psicossocial do MPDFT há um ano e meio e faz questão de declarar sua satisfação profissional:

“Percebo que a equipe procura a cada dia se aperfeiçoar e se capacitar para prestar um serviço de qualidade. Nós damos a nossa contribuição para construir uma sociedade mais justa, mais igualitária”, afirma.

O MPDFT conta com dezoito assistentes sociais que se dividem em cinco setores, entre eles a SEPS, que assessora as promotorias e procuradorias em matérias ligadas ao serviço social e à área de psicologia. A SETAPS faz ações educativas para membros, servidores e familiares – como o projeto Despertar, que visa a prevenção de álcool e drogas.

O Setor Psicossocial Infanto-Juvenil é responsável pelo apoio aos promotores de Justiça da Infância e da Juventude, nas áreas de psicologia e serviço social. Ali os profissionais avaliam as questões ligadas às crianças, adolescentes e seus familiares. Os laudos e pareceres dão aos promotores os subsídios técnicos e científicos necessários para embasar suas decisões.

Na Central de Medidas Alternativas, com unidades em todo o Distrito Federal, os assistentes sociais produzem informações para garantir a aplicação e o acompanhamento dessas medidas – sanções



Nadja Maria (E),
Diogo, Izis, Karolina e
Cristina: satisfação
profissional

que não envolvem a perda da liberdade, ou seja, substituem a prisão em casos de pequenos delitos e contravenções penais. Os profissionais visitam as instituições onde as penas são executadas, entrevistam as pessoas que as estão cumprindo e avaliam a eficácia das medidas.

Apesar do maior campo de atuação do serviço social ser, tradicionalmente, a área de saúde, o Judiciário e o Ministério Público conta, cada vez mais, com a assessoria desses profissionais. No livro *Análise da Relação, Sistema de Justiça Criminal e Violência Doméstica Contra a Mulher*, lançado em 2009, as autoras Alessandra Campos Morato, Claudiene Santos, Maria Eveline Cascardo Ramos e Suzana Canez da Cruz Lima mostram o reconhecimento de juízes e promotores em relação à atuação dos assistentes sociais e psicólogos na análise de processos: "Quanto às equipes multidisciplinares para o acompanhamento da vítima, do autor da agressão e dos familiares, os entrevistados demonstraram valorizá-las e até mesmo indicaram a ampliação desses serviços na estrutura jurídica."

CARLOS ALVES



Vidal emociona-se com os presentes dos detentos: "Reconhecimento"

Acima de tudo, muito amor pelo ofício

Se ainda existe preconceito rondando os profissionais de serviço social, esse não feriu o amor que eles nutrem pelo ofício. É o que conta Maria Cristina Vidal Cardoso, mestre em política social e especialista em violência doméstica na área da infância e da juventude. Há oito anos ela trabalha no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e não poupa palavras quando avalia o trabalho que desenvolve na Sessão Psicossocial da Vara de Execuções Penais: "Ver tantas pessoas com histórias de vida sofridas recebendo um tratamento humanizado é muito gratificante. Eu amo o que faço", afirma.

Sua rotina inclui fiscalizar o cumprimento das penas para acompanhar e promover o retorno do sentenciado ao convívio social. Segundo Vidal, como é chamada pelos colegas, a resposta jurídica não basta se não houver um traba-

lho social; isso acaba gerando reincidências. Ela aponta que, assim como em outras profissões, há dois lados nessa moeda: "Trabalhamos com a recompensa de vê-los reconquistando um espaço na sociedade depois de cumprir uma pena, mas também temos que lidar com a frustração da reincidência, por falta de estrutura", lamenta.

Vidal mostra, orgulhosa, os trabalhos feitos pelas pessoas que atendeu, ao longo de vários anos. Alguns ganharam lugar especial nas paredes das salas onde os assistentes da Sessão Psicossocial fazem as entrevistas. Ela aponta um quadro pintado por um detento em 1984, quando ainda nem pensava em compor a equipe do Tribunal: "Eu me emociono toda vez que ganho presentes deles; para mim, isso representa o reconhecimento do trabalho que nós desenvolvemos aqui, dia após dia", relata.

Em sua contribuição ao livro publicado em 2010 (*A aplicação da lei em uma perspectiva interprofissional: Direito, Psicologia, Psiquiatria, Serviço Social e Ciências Sociais na prática jurisdicional*), Maria Cristina Vidal defende a ampliação da área de atuação do assistente social. "O desafio da atuação dos profissionais das sessões psicossociais vai além das resoluções das questões apresentadas pelos jurisdicionados, uma vez que um dos seus pressupostos ético-profissionais é a defesa da justiça social na perspectiva dos direitos humanos", argumenta o texto.

RELAÇÕES DE TRABALHO – Para cuidar da "prata da casa", os profissionais de serviço social promovem ações educativas nos órgãos em que trabalham, ligadas à recuperação, prevenção e promoção da saúde dos membros, servido-

res, inativos, pensionistas e dependentes. Afinal, o bem-estar dos servidores é fundamental para o bom funcionamento da instituição.

A abrangência dessas ações vai desde casos de dependência química ou alcoolismo no local de trabalho até situações de conflitos interpessoais entre colegas, ou casos onde, por exemplo, um servidor retorna à atividade após uma licença prolongada e encontra alguma dificuldade de adaptação que possa prejudicar seu desempenho.

Em todos esses casos, cabe ao assistente social adotar ou sugerir as medidas adequadas para que a harmonia volte a se estabelecer no local de trabalho. Ao lado de profissionais de outras áreas, os servidores de serviço social acompanham e assessoram outras atividades de gestão de pessoas, sempre que necessário, em todos os tipos de problemas ligados às relações laborais.

Mudanças ao longo da história

O serviço social surgiu a partir dos anos 1930, quando se iniciou o processo de industrialização e urbanização no país. A emergência da profissão relacionou-se à articulação dos poderes dominantes na época (burguesia industrial, oligarquias cafeeiras, igreja católica e Estado varguista), com o objetivo de controlar as insatisfações populares e frear qualquer possibilidade de avanço do comunismo no país.

O ensino de serviço social foi reconhecido em 1953 e a profissão foi regulamentada em 1957. Embora a profissão tenha sido legalmente reconhecida, somente em maio de 1962 o Decreto 994 regulamentou a atividade

de dos assistentes sociais e criou os conselhos federal e regionais.

A profissão manteve um viés conservador, de controle da classe trabalhadora, desde o seu surgimento até a década de 1970. Com a luta contra a ditadura e os movimentos pelo acesso da classe trabalhadora a melhores condições de vida, o serviço social ganhou novas influências no final dos anos 1970 e ao longo da década de 1980. A partir de então, a profissão vem superando o histórico de conservadorismo e atualmente afirma um projeto profissional comprometido com a democracia e com o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos.

Fonte: www.assistentesocial.com.br

**TODA A LINHA FORD
COM DESCONTO E FATURAMENTO
DE FÁBRICA PARA FILIADOS
AO SINDJUS.**



www.slavierobsb.com.br | 505 Sul – 2104-0044 | SIA Trecho 1 – 2193-4444



Slaviero
por você cada vez +

Se beber Não dirija



Promoção válida até 30/6/2010. Cadastro sujeito a aprovação.
Imagens somente para fins ilustrativos. Reservamo-nos o direito de corrigir possíveis erros de digitação.



André Luis Macedo, especialista em Psiquiatria, formou-se em Medicina pela UnB e fez residência em Psiquiatria no Hospital de Base do DF. É psiquiatra do TJDF, membro da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e da Associação Psiquiátrica de Brasília (APB).



Yuri Matsumoto Macedo formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Pará, pós-graduou-se em Medicina do Trabalho pela Universidade Estadual do Pará e fez residência em Psiquiatria no Hospital de Base do DF. Publicou o livro *Louco é quem me diz* (2005), com casos verídicos de pacientes psiquiátricos. Também é membro da ABP e APBr.

Neste espaço, os psiquiatras André Luis Macedo e Yuri Matsumoto Macedo publicam mensalmente artigos sobre saúde mental. Para saber mais, acesse www.animaconsultorio.site.med.br

A síndrome do mau humor

A distímia, também conhecida como “síndrome do mau humor”, é na verdade um tipo de depressão leve, porém crônica. Para ser assim diagnosticada deve ter durado no mínimo dois anos. Pode, porém, acompanhar o paciente pelo resto da vida. Apesar dos sintomas serem mais leves, ela se inicia muito cedo, em geral na infância ou na adolescência, e termina por se cronicar e comprometer muito a vida do portador.

Os indivíduos distímicos, ao contrário dos francamente deprimidos, conseguem realizar suas tarefas rotineiras, como trabalhar, estudar e se relacionar. Porém, frequentemente são taxados de mau humorados ou arrogantes, estão eternamente insatisfeitos, têm dificuldades nos relacionamentos sociais e amorosos, são negativistas, irritados, têm pouca motivação, baixa autoestima e vários problemas físicos de saúde. Podem estar presentes também cansaço, dificuldades de sono e apetite, diminuição de concentração, falta de esperança.

Imagine viver dessa forma durante dois anos... ou então a vida toda. Tudo isso sem contar que o distímico tem maiores chances de ter um episódio depressivo maior e outras doenças psiquiátricas em algum momento da vida. Es-

tudos epidemiológicos mostraram taxas de prevalência entre 2,9% a 6,3% da população, o que já torna a distímia um problema de saúde pública, juntamente com todas as formas de depressão. Mas, como é considerada “dos males o menor”, tanto pelos pacientes como por seus terapeutas e médicos, a distímia ainda é pouco diagnosticada e tratada.

Além do sofrimento individual, a distímia não tratada representa prejuízos para a sociedade: baixa produtividade, intrigas familiares, aumento do abuso de substâncias químicas, maiores taxas de separação conjugal, excesso de consultas e exames de clínica geral, para detecção de causas orgânicas de seus sintomas.

O tratamento da distímia pode curar e prevenir danos irreparáveis na vida do portador, quanto mais precoce for. O médico psiquiatra deve ser procurado, pois é o que está melhor preparado, evitando medicar com paliativos e remédios de ação imediata porém ineficazes, que acabam mascarando o quadro e acelerando sua cronicização. No tratamento, de acordo com cada caso, podem ser usados medicamentos antidepressivos em dose e duração adequadas ao paciente, associados ou não com psicoterapia para suporte e aconselhamento.

A DISTÍMIA NO CINEMA

Pequena Miss Sunshine

Comédia dramática, EUA, 2006, 101 minutos. Direção: Jonathan Dayton e Valerie Faris.

Noivo Neurótico, Noiva Nervosa

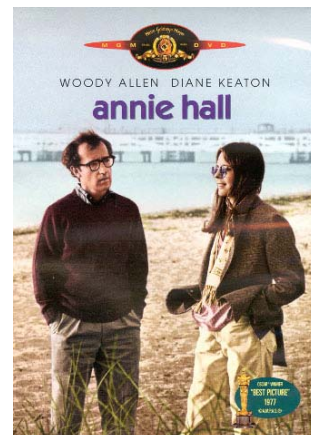
Comédia dramática, EUA, 1977, 93 minutos. Direção: Woody Allen.

Ensina-me a viver

Comédia dramática, EUA, 1972, 90 minutos. Direção: Hal Ashby.

Sideways – entre umas e outras

Comédia dramática, EUA, 2004, 123 minutos. Direção: Alexander Payne.



“Eu achava que o bem estar não existisse”

Sempre fui taxado por meus familiares e amigos mais próximos de “estressado”. Carreguei durante anos esta pecha. Na verdade, sempre fui muito irritadiço, me abalava com brincadeiras, não aceitava derrotas facilmente, era muito insatisfeito com o que possuía e, além disso, minha autoestima era tão baixa que me levava a não confiar em mim, fazendo com que eu não participasse de concursos públicos, recusasse cargos que me eram oferecidos, deixasse de investir em uma garota que me interessava ou, pasmem, não participasse de “peladas” de final de semana. Tudo por medo da derrota.

Eu temia demasiadamente o insucesso. Mesmo vivendo por anos com esse fardo nas costas, conseguia disfarçar bem e levar uma vida aparentemente

normal, tanto que consegui amigos, empregos, namoradas, casamento e um filho. Durante esse tempo, preferi sofrer sozinho, inclusive acreditando que realmente eu era “uma pessoa infeliz”, pois temia ouvir de meus familiares e amigos que esse meu sofrimento constante era “frescura” e que uma hora isso ia passar. Com isso, os momentos de alegria foram ficando raros. Eu me afastei dos amigos, dos eventos sociais, fui me tornando um verdadeiro ranzinza, cada vez mais fechado – com vinte e poucos anos de idade.

Eu sobrevivía levando uma vida aparentemente normal, até que um fator externo (o fim do meu casamento) abriu as portas para que a doença me nocautasse impiedosamente. Ela veio com toda a sua força e me deixou prostrado

na cama. Juntei minhas últimas energias e procurei o serviço médico do meu trabalho. Lá fui encaminhado a um psiquiatra, que, com medicação, tirou-me de uma situação desesperadora.

Eu estava no fundo do poço. Durante os primeiros meses de tratamento, experimentei uma melhora tão grande que tratava o medicamento como uma joia rara. Pela primeira vez, durante toda a minha vida, eu experimentava uma sensação de bem estar que, por ignorância, achava que eu não merecia, ou que nem existisse. Consegui um grande e rápido equilíbrio que me possibilitou fazer viagens com amigos, voltar a praticar exercícios físicos, estudar e planejar o futuro, entre outras coisas.

Mário, servidor público

“Nada é bom o suficiente”

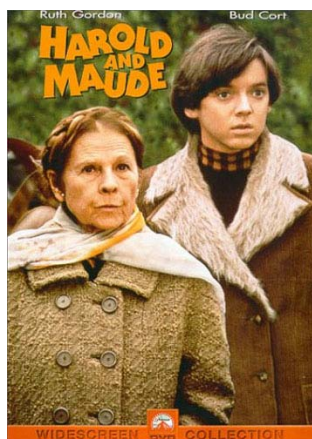
Embora os últimos anos da minha vida sejam repletos de acontecimentos positivos e realizações pessoais, a sensação de desânimo e desesperança prevalece. A sensação permanente é que nada é bom o suficiente para me fazer sentir motivado. Depois de anos de terapia, alguma coisa começou a mudar lentamente. O tratamento psiquiátrico está me fortalecendo e ajudando a olhar a vida de uma forma positiva, me dando energia na busca de novas conquistas; também estou aprendendo a usufruir dos resultados já atingidos, no decorrer da vida.

Francisco, administrador

“Não tenho vergonha disso”

Procurei o tratamento por volta de 2004, quando tive um processo depressivo mais intenso. De lá pra cá, consigo perceber, com o tratamento psiquiátrico e a psicoterapia, que essa sensação de estar sempre meio desanimado e desmotivado é uma constante na minha vida, desde o final da infância. Ainda estou em tratamento, que requer altas doses de medicação, mas não tenho vergonha disso e acho que esclarecer aos parentes e amigos sobre a distímia ajuda a aliviar a pressão social por um desempenho melhor no cotidiano.

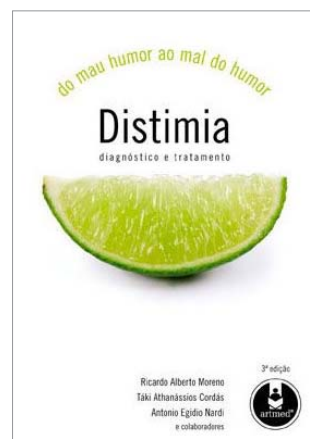
Robson, professor e bancário



LEITURA

Distímia: do mau humor ao mal do humor
(Ed. Artmed)

Neste livro os psiquiatras, pesquisadores e professores Ricardo Moreno, Táki Cordás e Antonio Egidio Nardi discutem desde a perspectiva histórica da distímia até suas formas de tratamento. A obra está na terceira edição, ampliada e atualizada pelos autores.



“Toda criança que chega aqui é capaz de vencer os desafios que vão aparecer”, afirma a pedagoga que há mais de vinte anos acompanha menores abrigados

Lições da realidade

Usha Velasco

Dizem que as pessoas que trabalham pelo próximo têm um brilho diferente no olhar, porque fazer o bem faz bem. Talvez isso explique os olhos brilhantes e o sorriso sempre aberto da pedagoga Patrícia Braga. É como se cada criança que passa pela sua vida aumente um pouco mais esse sorriso. E são muitas: Patrícia já acumula 21 anos dedicados aos meninos e meninas do abrigo Nosso Lar.

São 70 moradores ao todo, de zero a 17 anos. As vagas são abertas quando um adolescente completa 18 anos ou quando uma criança é adotada. O segundo caso, infelizmente, é raro. “A cultura do país em relação à adoção é muito difícil”, avalia Patrícia. “Por isso, as crianças vão ficando. Muitos chegam ainda bebês e moram aqui até os 18 anos. Também temos grupos de três, quatro irmãos... Quem vai adotá-los juntos?”

A equipe do Nosso Lar faz um plano de atendimento individual para cada criança, para que ela fique o menor tempo possível no abrigo. A prioridade é devolvê-la à família. Mas hoje a maioria é filha

de usuários de drogas e moradores de rua. “Infelizmente a perspectiva dessas famílias se reestruturarem é quase nula. Muitas abrem mão da criança e ela fica aqui para adoção”, conta a pedagoga.

Mas a maior parte dos casais em busca de um filho adotivo quer bebês menores de dois anos, de pele clara e do sexo feminino. Para as crianças que “sobram”, o abrigo temporário vira lar permanente. “Isso não é bom. Quanto maior o tempo no abrigo, mais profundas se tornam as marcas emocionais. Não que o abrigo seja ruim, mas é uma instituição onde não existem raízes. As referências são frágeis”, diz Patrícia, ao explicar que ali não é o melhor lugar para as crianças, apesar de se tratar de uma instituição modelo, premiada pela Vara da Infância e da Juventude.

São cinco casas, cada uma com duas mães sociais e 14 meninos e meninas de zero a 17 anos. Junto com Patrícia trabalham a psicóloga Ana Carla e a assistente social Glícia. As três contam com estagiários e voluntários — “sem eles não daríamos conta”, ri a pedagoga. O Nosso Lar foi criado há 36 anos, e os quatro diretores, todos voluntários, estão lá há mais de trinta.



*Os nomes das crianças são fictícios.





Patrícia:
"Aprendi
que tudo de
bom pode
acontecer,
e acontece
mesmo"

CARLOS ALVES

"São essas pessoas que dão uma referência de segurança às crianças, porque estão aqui há muito tempo", diz Patrícia.

Essa referência é fundamental para crianças que sofreram perdas, violências ou abusos — caso de quase todas as que estão abrigadas. Algumas histórias são especialmente dramáticas. "É preciso ter estrutura emocional para esse trabalho", afirma a pedagoga. Prática, ela costuma dizer às crianças: "Você é que vai criar a família com que você sonhou. Você vai criar o futuro que queria ter, não vai repetir o que aconteceu de ruim na sua vida."

São lições que Patrícia aprendeu na marra. Em 21 anos no Nosso Lar, passou por vários "choques de realidade". Como quando leu a ficha de um de seus alunos, Eduardo*, de oito anos, que não tinha orelhas. Ela descobriu que ele não devia essa deficiência à genética, mas ao abandono. A mãe costumava deixá-lo sozinho por longas horas. Quando ainda era um bebê de menos de um ano, um cachorro faminto entrou em casa e o atacou. "Chorei sem parar durante uma semana", conta a pedagoga. "Depois percebi ele tinha superado a história do cachorro, mas eu não. Ele não era nenhum coitadinho. Hoje está adulto, casado e feliz, pai de duas meninas lindas."

"Aqui ninguém é coitado", diz. "Toda criança que chega ao abrigo é capaz de vencer os desafios que vão aparecer. Não interessa o que fizeram com você, mas o que você vai fazer com a sua vida. Quando comecei a pensar assim, tudo mudou. Aprendi que tudo de bom pode acontecer, e acontece mesmo."

Ela tem muitas histórias positivas para comprovar isso. É o caso de Bernardo*, que chegou ao Nosso Lar aos quatro anos com um diagnóstico de autismo que acabou não se confirmando — foi "curado" pela equipe com carinho,

atenção e cuidados básicos. Aos doze anos o menino começou a dar trabalho: escondia todo tipo de animais em casa, coisa proibida no abrigo. Aos quinze, alguém teve uma ideia genial: "Se ele gosta tanto de bicho, devia trabalhar no zoológico..." Bernardo foi, gostou e realizou-se. Está se formando em Veterinária e hoje monitora a programação especial do programa de educação ambiental do zôo, como as visitas e acampamentos noturnos.

Outra história de superação é a de Renato*, que depois de deixar a instituição foi pego na W3 Sul roubando um celular e armado com um canivete. Pegou quase dois anos na Papuda. "Saiu da cadeia e veio direto para cá pedir ajuda. Nosso motorista conseguiu trabalho para ele como frentista", conta Patrícia. Renato foi morar com a irmã de 18 anos, recém-saída do Nosso Lar. Inteligente e articulada, ela estuda e trabalha como *hostess* num restaurante elegante. O irmão seguiu o exemplo, voltou à escola e não parou mais de trabalhar.

"A cadeia foi uma experiência horrível que ele não quer repetir. O Renato* teve estrutura para se reerguer e eu me orgulho muito disso. E sei que nós ajudamos a formar essa estrutura, porque ele morou com a gente desde bebê", afirma Patrícia. "Mesmo com todas as dificuldades, nós podemos fazer dessas crianças uma pessoa feliz. Hoje toda a equipe acredita nisso. Nosso trabalho é fazer as crianças acreditarem também", sintetiza.

PARA AJUDAR

O Nosso Lar é mantido por doações. Precisa também de voluntários para brincar, conversar ou desenhar com as crianças. Para ajudar, ligue 3301-1120.

Mais informações:
www.nossolardf.org.br



FOTOS: RINALDO MORELLI



À espera de adoção:
muitos chegam bebês
e ficam até os 18 anos

*A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como
sou – eu não aceito.
Não aguento ser apenas um
sujeito que abre
portas, que puxa válvulas,
que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora,
que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem
usando borboletas.*

Manoel de Barros

Do alto dos seus 93 anos, o poeta Manoel de Barros ensina que o ser humano é incompleto, e que isso não é defeito; é qualidade. Assim como ele, muitas outras pessoas precisam ser Outras. E são. Esta coluna publicará mensalmente histórias de gente que concilia o serviço público com as mais diversas atividades. São atletas, chefes de cozinha, professores, pintores, mágicos, mecânicos, músicos... A lista não tem fim.

Fôlego e dedicação

Thais Assunção

Foi por influência da tia cantora e da mãe estudante de música que o técnico do TRT Bruno Sigilião de Arruda Pinto se aproximou da música. A mãe o matriculou na Escola de Música de Brasília quando o menino tinha dez anos. Lá ele se aproximou de vários instrumentos, como o piano e a tuba. Mas o trompete, que Bruno conheceu aos treze anos, ele não largou até hoje.

Os outros instrumentos foram deixados de lado com o passar dos anos e o trompete foi eleito o companheiro inseparável do adolescente. Esse instrumento de sopro da família dos metais veio parar na vida de Bruno por acaso. “Eu não escolhi o trompete inicialmente, foi uma coisa que aconteceu por coincidência. Tinha um amigo que tocava e achei interessante. Então, resolvi experimentar e adorei”, conta.

Bruno explica que não basta ter fôlego para tocar trompete; é necessário ter vocação e se dedicar à música. Bruno começou a tocar na banda dos alunos do Colégio Militar de Brasília. Mais tarde apresentou-se algumas vezes com a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional. Ele ainda cursou cinco semestres de Licenciatura em Música na Universidade de Brasília e lá também teve a oportunidade de tocar na orquestra.

Hoje a grande paixão de Bruno é o quinteto de metais Fine Brass, que se apresenta regularmente em festas e eventos. “Embora eu não me considere um profissional da música, o quinteto tem uma atividade bastante regular”, avalia.

Quando ainda era estudante na Escola de Música o trompetista montou um quinteto chamado Metal Morfose. Como era composto por estudantes que foram morar em outros estados, o grupo não durou muito tempo. Mas um amigo de Bruno que já havia sido integrante do Fine Brass retornou de uma viagem e decidiu retomar o quinteto. “Foi quando eu entrei, em 2006. O grupo tem uma rotatividade grande, mas, como Brasília é pequena, nós conhecemos muitos músicos e sempre fazemos novas formações. Nunca deixamos de tocar por falta de integrantes”, afirma.

O quinteto de metais é composto por dois trompetistas, uma trompa, um trombone e uma tuba. O técnico judiciário



HENRIQUE LIMA

lamenta não conseguir viver somente da música, uma paixão que o acompanha desde criança. "Se eu conseguisse ganhar o que eu ganho no tribunal, preferia trabalhar somente com música. Mas não é o caso... Então a música entra na minha vida como uma atividade secundária. No entanto, não é apenas um *hobby*", diz Bruno.

Ele conta que banda Fine Brass tem um espaço reservado, na Asa Norte, para os ensaios nos finais de semana: "A música é uma atividade que de-

manda tempo para criar arranjos e para ensaiar. Eu encaro o quinteto de uma maneira muito profissional, invisito meu tempo, dinheiro e dedicação."

Além de integrar o quinteto, Bruno é o secretário-geral da Associação Brasileira de Trompetistas (ABT), entidade que promove encontros internacionais de músicos desde 2008. "Uma vez por ano convidamos músicos internacionais, que participam de *master class* e fazem outras apresentações. Geralmente os encontros duram qua-

tro dias. Este ano será em São Paulo, de 6 a 9 de outubro", diz.

Bruno acredita que a música compõe o dia a dia das pessoas, apesar de muitas vezes passar despercebida. "Para fazer coisas mais corriqueiras, você coloca um som. Música não serve só para alegrar; para mim, a música é fundamental. E é muito gratificante participar de momentos especiais da vida das pessoas, como quando tocamos em casamentos, homenagens e festas", conta o trompetista.



Bruno (ao lado) e o quinteto de metais Fine Brass: a música não é apenas um hobby

